

# Apresentação Oral

## SALA 5 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS DEVE SER ENTREGUE AOS AVALIADORES, NO DIA DA APRESENTAÇÃO DO ARTIGO.**

Google meet: <https://meet.google.com/dpi-zmiv-sxd>

**PROFESSORES AVALIADORES: Francisco Arrais e Juliana Alfaia**

### 1. ATA NOTARIAL COMO MEIO DE PROVA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

**Gabrieal Giacheta Machado Maciel; Marcos Vinícius Massaiti Akamine**

#### RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar a utilização da Ata Notarial como meio de prova a ser utilizado no Judiciário, os requisitos para a realização do ato, assim como uma breve narrativa sobre a evolução histórica desse procedimento no Brasil. A expansão de informatização, trouxe consigo as dificuldades do Judiciário para adequar-se às novas questões, sendo assim todos os segmentos da sociedade estão se adaptando às novas realidades da vida moderna, entre as quais as instituições judiciárias estão sendo constantemente atualizadas com o desenvolvimento da tecnologia, tendo a internet e as redes sociais um papel imprescindível nessa transformação, as publicações em texto ou em imagens passaram a ser utilizadas como importantes provas em processos judiciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** internet; provas; judiciário; ata notarial.

### 2. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL: Presunção absoluta quanto ao crédito tributário

**Tatiana Alves Rodrigues Zanardo; Francisco Ricardo de Moraes Arrais**

#### RESUMO

Esse artigo visa fazer uma abordagem sobre a fraude à execução fiscal, decorrente de ato de o devedor alienar ou, desfazer-se por outra forma qualquer, de patrimônio, que, potencialmente possa garantir débito existente perante o credor, sem que opte por reservar outros bens que poderiam suportar a dívida existente. O ordenamento vigente impõe aos adquirentes de bens móveis e imóveis um dever objetivo de atenção e diligência, qual seja, o de verificar se o alienante, inclusive em vendas sucessivas, não se encontra em débito para com a Fazenda Pública, inscrito em dívida ativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** crédito tributário; dívida ativa; fraude.

### **3. A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 455 DO CPC**

**Inaiê dos Santos Padovan; Francisco Ricardo de Moraes Arrais**

#### **RESUMO**

O presente artigo, tem como objetivo a discussão sobre a inconstitucionalidade constante no artigo do CPC, fazendo considerações sobre os princípios norteadores, e fundamentais de um Estado democrático, qual é o papel das partes em um processo e da mesma maneira, foi analisado a figura dos sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** inconstitucionalidade do artigo 455 do CPC/15; princípios; partes do processo; sujeitos do processo.

### **4. TUTELAS PROVISÓRIAS PROFERIDAS NA SENTENÇA DE MÉRITO**

**Laura Arrais Batista; Francisco Ricardo de Moraes Arrais**

#### **RESUMO**

A Constituição Federal prevê que nenhuma lesão ou ameaça a direito deixará de ser apreciada pelo Poder Judiciário, dessa forma o Código de Processo Civil dispõe técnicas de sumarização processual, que são as tutelas provisórias de urgência antecipada ou cautelar, ou as tutelas de evidência. Essas tutelas são concedidas tradicionalmente através das decisões interlocutórias, porém, há possibilidade de serem concedidas através da sentença de mérito, conseqüentemente elas serão passíveis de apelação. Todavia quando a sentença proferir tutela provisória, o recurso de apelação não terá seu efeito suspensivo, deste modo produzirá efeitos imediatos. O artigo se trata de como ocorrerá o tramite processual das tutelas provisórias proferidas na sentença e quando elas serão cabíveis, observando seus requisitos legais.

**PALAVRAS-CHAVE:** apelação; concessão; sentença; tutelas provisórias.

### **5. JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E SEUS DESDOBRAMENTOS**

**Emanuele Barbosa do Nascimento; Ana Carolina Gonçalves Valença**

#### **RESUMO**

Busca analisar a história dos sistemas de saúde que existiram no Brasil ao longo dos anos. Desde a sua origem aos dias atuais, o sistema único de saúde, conhecido como SUS e seu impacto na vida da população brasileira, ao alicerce de pesquisas sobre sua função, atendimento e amplitude, bem como se tornou uma das maiores pautas em diversos estudos, até mesmo no âmbito do sistema judiciário. A saúde como foco para ações, fatores que levam o cidadão a judicializar e como o magistrado age a respeito de diversos casos mantendo a sua imparcialidade. Sublinha a preocupação em meio as teses e pensamentos doutrinários sobre a judicialização da saúde, e seus princípios jurídicos a serem escolhidos nas fundamentações usadas pelos tribunais.

**PALAVRAS-CHAVE:** judicialização da saúde; direito à saúde; repercussões.